

notícias

forestis

associação florestal de portugal

Boletim Forestis - Associação Florestal de Portugal · nº 0 · abril 2008

editorial

um projecto nacional

entrevista

Rui Nobre Golçalves, Secretário de Estado do
Desenvolvimento Rural e das Florestas

forgest

um projecto nacional



forestis

associação florestal de portugal

editorial

01

entrevista

03

· Prof. Doutor Francisco Carvalho Guerra, presidente da Forestis

personalidade

05

· Eng.º José Moreira da Silva

breves

06

- Conselho Superior retoma actividade
- Forestis reúne com órgãos da tutela e dos governos civis
- Projecto europeu sobre fogo controlado e formação para sapadores
- Forestis e DGRF prosseguem GeFoCo
- Nova imagem da Forestis

destaque

09

- Biomassa florestal é orientação estratégica da Forestis
- Campanha nacional "Ame o Verde, Ame a Vida. Proteja a Floresta"

temas e opiniões

12

- ZIF criadas, fadigas dobradas
- PEFC – Por um mundo onde as pessoas praticam a Gestão Sustentável das Florestas

vida da forestis

15

- Manual de Gestão Florestal Sustentável
- Forestis intervém na gestão de riscos
- Pós-graduações da Forestis
- Formação em DFCI para técnicos da DGRF
- Formação em Fogo Controlado
- Novo vídeo sobre condução de povoamentos florestais
- Planos de formação com avaliação positiva

organizações e território

21

- Iniciativas das associações

ficha técnica

27

- 7 Passos para a constituição de uma ZIF



ficha técnica

Edição: Forestis - Associação Florestal de Portugal

Directora: Rosário Alves

Design Gráfico: Atelier ruicunha design e Opal Publicidade

Impressão: xxxxxxxxxxxxxxxx

Depósito legal: xxxxxxxxxxxxxxxx

Neste número colaboraram: Américo Mendes e Paula Salazar

A Floresta Portuguesa, desde 1992, tem contado com o trabalho da Forestis que muito tem contribuído para a organização da propriedade florestal, para o desenvolvimento de toda a actividade produtiva e fundamentalmente para o reforço do associativismo de base sub-regional.

Um desses contributos foi até há uns anos a esta parte materializado na edição periódica do boletim Forestis que por vicissitudes várias teve de ser interrompida. Agora é hora de retomar este projecto informativo que pretende ser um veículo de comunicação com todos os proprietários e gestores florestais.

A “noticias Forestis”, que tem neste numero a sua edição experimental, é através da rubrica Temas e Opiniões um espaço aberto a todos aqueles que tenham algum trabalho ou ideia que queiram partilhar com o sector.

Neste numero damos conta de alguns temas de enorme importância para o sector as Zonas de Intervenção Florestal e a Certificação da Gestão florestal Sustentável, estes são quanto a nós os principais desafios que as Associações têm pela frente e que podem proporcionar o salto para um floresta profissionalmente gerida e economicamente viável.

São evidentemente muitas as tarefas a desenvolver para concretizar estes objectivos, algumas delas, levadas a cabo pelo movimento Forestis, estão plasmadas nesta revista e são a continuação de um trabalho de associativismo que se iniciou há 15 anos.

Em 1992, um conjunto de pessoas sonharam com o então designado “projecto Forestis”, que sustentadamente vem crescendo.

De entre essas personalidades obviamente sobressai o seu fundador e primeiro Presidente o Engenheiro José Moreira da Silva, pelo idealismo que sempre revelou, pela visão que demonstrou e sobretudo pela inspiração que proporcionou sempre a todos os colaboradores.

Ainda é difícil, para todos nós, falar do Eng. Moreira da Silva no passado, talvez porque percebemos bem o quão actuais serão ainda por muito tempo as suas ideias, prestamos -lhe aqui uma sentida mas contida homenagem evocando alguns dos marcos da sua carreira profissional mas regressaremos a ele, o seu profissionalismo, dedicação, o seu carácter e amizade assim o determinam.

Prof. Doutor Carvalho Guerra

“Estado deve apoiar a floresta”

Em entrevista, Francisco Carvalho Guerra, presidente da Forestis, fala sobre a actividade passada e futura da associação que dirige, da sua missão em prol do associativismo e da defesa da área florestal em Portugal e das novas ferramentas e técnicas ao dispor dos proprietários para uma gestão sustentável da floresta, designadamente as ZIF e a certificação. Carvalho Guerra defende, igualmente, um papel mais activo do Estado no apoio ao associativismo e na defesa da floresta, que define como uma das maiores riquezas nacionais.

1. A Forestis tem desenvolvido um trabalho muito intenso em prol do associativismo no sector florestal em Portugal. Quais as principais áreas onde incide a sua actividade actualmente?

Uma das principais ideias que importa salientar é que 90% da floresta portuguesa é privada. Depois temos os baldios, que representam 6%, e os terrenos do Estado, que representam apenas 3%. Acresce que a propriedade em 2/3 do território tem carácter minifundiário. Através destes dados se pode desde logo avaliar a importância que o associativismo tem no nosso país, na verdade dificilmente encontraremos outro sítio onde o associativismo é tão necessário. Esta é a razão pela qual o Estado, ao legislar sobre a floresta, deve dar muita atenção às associações de proprietários e aos seus representantes, como é o caso da Forestis, na medida em que estes representam a quase totalidade do território florestal nacional.

A floresta em Portugal é uma riqueza espectacular, representa 11% do PIB industrial, 3% do PIB nacional e mais de 170 mil postos de trabalho. Em traços gerais, o grande contributo que a Forestis tem vindo a dar foi o de juntar as cooperativas com as associações de maneira a ganharmos mais força, para que se faça junto da floresta o que deve ser feito. É uma riqueza nacional que importa levar na devida conta e gerir com muita seriedade.

2. Como vê o desenvolvimento e a integração da Gestão Florestal Sustentável nas políticas nacionais para as florestas?

Com o êxodo rural ao longo dos anos, a floresta ficou sozinha e ninguém estava disposto a trabalhar nela, ficou abandonada. De facto, a floresta precisa de um Plano Estratégico sério, que tenha em linha de conta a gestão florestal sustentável. Penso que os vários governos nos últimos 10 ou 15 anos têm procurado alcançar esse objectivo, muito graças a um homem chamado Moreira da Silva que chamou a atenção para tudo isto, tendo sido um dos primeiros responsáveis a tentar pôr ordem no sector florestal. Vamos admitir que estes vários governos últimos olharam para a floresta e pensaram que



se podia — e devia! — fazer qualquer coisa. A Forestis teve também aí um papel muito importante, na medida em que tudo o que é feito na floresta precisa do acordo dos donos dos terrenos e a Forestis reúne cerca de 12 mil proprietários florestais. Relembre-se que quem impulsiona todo este movimento associativo no sector florestal é o Eng. Moreira da Silva. Todo este associativismo permitiu a criação de uma força grande na prossecução dos interesses florestais destas associações. A Forestis tem estado junto das associações, apoiando-as e fornecendo-lhes as ferramentas para que se tornem cada vez mais fortes, principalmente através da formação, mas também ao nível da gestão e da capacitação técnica. É importante que giram a floresta no quadro de uma gestão sustentável, que previnam os fogos, proponham mudanças das próprias espécies florestais e ainda, se for possível, conseguir obter rendimento do investimento feito na floresta.

É essencial e compete ao Estado apoiar o associativismo — e deveria fazê-lo claramente —, quer na política de ordenamento de território, quer na Lei de Bases da Política Florestal. Se a floresta é 90% de privados, que integram associações, que se integraram nas Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) que os vários governos puseram à nossa disposição, é preciso apoiá-los. Se a floresta dá o oxigénio à população, oferece uma paisagem bonita, permite que haja caça, que não haja erosão, etc, cabe ao Estado olhar para este património que é de todos e avaliar seriamente a questão dos apoios ao sector.

3. Acha que as ZIF vão ser o futuro da gestão florestal?

O futuro da floresta, e sua gestão, vai passar, inevitavelmente, pela constituição das ZIF. Isto porque de facto só em conjunto se conseguirá fazer a gestão da floresta de forma torná-la rentável. As ZIF vão abarcar milhares de hectares, com donos diferenciados, e vai ser muito importante ter desde logo uma política de prevenção do fogo, de protecção da floresta, no fundo de todo o trabalho de mudar a nossa floresta. Isso vai ser muito importante, mas volto a vincar que o PDR, ou o QREN, deveriam claramente prever algumas disponibilidades económicas para o apoio às ZIF, que ainda não existe. E elas estão aí a ser criadas, e bem, mas sem haver uma regulamentação definida.

Prof. Doutor Carvalho Guerra

4. A biomassa florestal primária (BFP) tem sido considerada como um recurso florestal de grande importância para a produção de energia verde e a Forestis tem vindo a desdobrar-se em acções de divulgação sobre este tema. Como vê a evolução da utilização da BFP em Portugal?

Há todo um trabalho extremamente complexo a que a Forestis se devotou, há mais de três anos, com a colaboração de universidades e com parceiros internacionais, para tentar encontrar soluções que sejam úteis e que de certo modo possam ligar-se à ideia geral que preside o nosso trabalho: uma sustentabilidade económica da floresta portuguesa. Estamos, desde o início, ligados ao Enersilva, um projecto de cooperação internacional que reúne parceiros de França, Espanha e Portugal, com o objectivo de desenvolver soluções que valorizem a biomassa florestal primária como fonte de energia. Temos desenvolvido um trabalho intenso no âmbito da formação e da divulgação deste tema junto das nossas associadas. Realizámos, em conjunto com o Centro de Biomassa para a Energia de Portugal e com a Asociación Forestal de Galicia, um seminário internacional, no Porto, com várias iniciativas paralelas dedicadas ao estudo da biomassa florestal, e organizámos vários seminários dedicados ao tema do empreendedorismo nesta área.

Por ser uma actividade de grande interesse para o futuro desenvolvimento florestal, a Forestis integrou um consórcio que concorreu ao Concurso Público para centrais de produção de energia através da biomassa, precisamente porque queremos acreditar que o proprietário pode vir a obter importantes benefícios deste processo. Desde logo, se o proprietário conseguir pelo menos igualar o investimento na própria limpeza, com a venda das ramagens ou do mato resultante das limpezas da sua exploração, já conseguirá aí um contributo extraordinário.

A factura energética de Portugal cresce 5% ao ano, por isso é inevitável que se diversifique ao nível das fontes de produção de energia. Sabemos que 15 centrais de biomassa não farão uma diferença muito grande, mas será um importante contributo. Estamos, por isso, a trabalhar com as nossas associadas no sentido delas próprias criarem as suas próprias estruturas de limpeza, armazenamento e, porque não, até de transporte, de biomassa, transformando essa actividade num novo factor de rendimento para a floresta.

Mais uma vez, é a sociedade civil a mostrar ao Estado que está disponível, neste caso para colaborar na diminuição dos custos energéticos. Será, mais uma vez, o contributo da floresta portuguesa para o bem da sociedade.

5. O Conselho da Fileira Florestal Portuguesa — organismo que representa em Portugal o Sistema de Sistema Português para a Certificação da Gestão Flores-

tal Sustentável (PEFC Portugal) —, é, desde o ano passado, presidido pela Forestis. Qual a missão desse organismo e de que forma poderá contribuir para o desenvolvimento de uma gestão florestal sustentável?

Estamos na presidência desse organismo — que reúne vários representantes do sector florestal, da produção à indústria — porque estamos convictos que a certificação traz uma mais valia muito grande para a floresta. Pessoalmente, não tenho qualquer dúvida de que o processo da certificação faz com que se olhe para a floresta de maneira diferente.

É claro que ainda muito há a fazer no sentido de divulgar o Sistema de Gestão Florestal Sustentável - PEFC junto de proprietários e gestores florestais e este esforço da actual Direcção tem sido bem recebido como provam a recente adesão do Grupo Sonae e da CAP.

Um dos objectivos que temos é alargar o Conselho da Fileira para além da certificação florestal, de forma a abranger outras dimensões da floresta, somos todos poucos para tentar arranjar formas de intervir na floresta.

6. E no futuro próximo, onde se centrará a actividade da associação? Quais as perspectivas para o ano que agora inicia?

Desde logo vamos continuar a apoiar as nossas associadas, e outras que possam eventualmente juntar-se ao movimento Forestis, fornecendo-lhes todas as ferramentas necessárias para a gestão sustentável das suas áreas florestais. Vamos apoiá-las ao nível da gestão, da certificação, da formação de técnicos e sapadores uma vertente na qual a Forestis tem feito um investimento muito considerável e tem tido um papel preponderante, substituindo-se ao próprio Estado.

Também vamos apoiá-las através da aplicação de técnicas e ferramentas de defesa da floresta contra incêndios e na implementação das ZIF, uma área que terá uma grande evolução e cuja regulamentação esperamos que seja apresentada em breve. E vamos estar sempre ao lado das nossas associadas, numa força conjunta para, junto das entidades competentes, alertarmos para o valor que a floresta representa no património nacional e para o consequente apoio que deve ter. A nossa missão tem sido a defesa e o desenvolvimento da floresta, e vamos continuar a lutar por esses valores, fomentando o associativismo florestal, incentivando os proprietários a juntar as suas áreas para que, em conjunto, possam gerir e defender melhor a sua floresta.

Aproveito aqui para referir que é uma alegria enorme ter, no nosso Conselho Superior, um conjunto de individualidades muito prestigiadas sentadas à mesma mesa, em torno de um objectivo comum. Também para isso fizemos o Conselho Superior, para que outras pessoas que têm ou já tiverem responsabilidades políticas, ou na administração de empresas ligadas à floresta, nos ensinem e nos ajudem a tomar as medidas certas para fazer crescer o valor da floresta portuguesa. Queremos que a nossa floresta seja rentável, seja sustentável, seja algo que vale a pena.

José Moreira da Silva

Uma vida em defesa da floresta

Em Dezembro de 2007 o País perdeu um dos maiores defensores da floresta e o grande precursor do associativismo no sector em Portugal. José Moreira da Silva, engenheiro silvicultor, foi, indubitavelmente uma figura de referência na história da floresta portuguesa, tendo impulsionado a utilização do fogo controlado no combate aos incêndios florestais.

Homenageado pelo Centro Nacional de Cultura em Outubro, Moreira da Silva sempre defendeu na sua actividade profissional um modelo de gestão florestal que tivesse em atenção a pequena propriedade e os grandes espaços comunitários (baldios). Moreira da Silva, Presidente Honorário da Forestis e um dos seus fundadores em 1992, exerceu, entre outras funções, os cargos de director da Circunscrição Florestal do Porto e do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Considerado uma figura fundamental na história da floresta nacional, José Moreira da Silva esteve ligado a todos os grandes desafios que se colocaram nos últimos anos ao sector florestal, tendo participado na elaboração da Lei de Bases da Política Florestal, além de ter sido um dos principais mentores da utilização do fogo controlado como técnica mais amiga do ambiente no combate aos incêndios florestais.

De facto, deve-se a José Moreira da Silva quase tudo o que o país sabe hoje de fogo controlado. E muito do que agora se está a tentar fazer para defender a floresta contra incêndios já era por ele defendido há mais de 40 anos. Quem o conheceu descreve-o com “um visionário”, “um homem de grande coerência e verticalidade”, sempre à frente do seu tempo.

José Moreira da Silva nasceu no Porto, em Dezembro de 1923. Licenciou-se como engenheiro silvicultor em 1947, tendo dedicado a sua vida aos serviços florestais, onde foi inovador em várias áreas, como a criação das primeiras reservas de caça e de pesca e viveiros de plantas. De 1975 a 1980 liderou o Parque Nacional da Peneda-Gerês, onde se distinguiu novamente por um trabalho inovador, nomeadamente ao promover cursos para operadores de máquinas florestais de forma a não destruírem sítios arqueológicos no Gerês. É também no Parque que começa a fazer as primeiras experiências de fogo controlado.

Em 1965, Moreira da Silva, Vasco Quintanilha e Ernâni José da Silva elaboraram o relatório “Princípios Básicos de Luta contra Incêndios na Floresta Particular Portuguesa”, onde identificavam os principais problemas da floresta — as monoculturas



e desertificação rural — e apresentavam as soluções: a redefinição da gestão florestal privada no minifúndio através da criação de polígonos florestais com dimensão para potenciar a sua correcta gestão (as actuais Zonas de Intervenção Florestal), o planeamento florestal e de infra-estruturas e a adopção de sistemas de prevenção e combate assentes na profissionalização dos seus agentes.

O secretário de Estado do Desenvolvimento Rural anunciou também recentemente a atribuição, em 2009, do prémio “Engenheiro Moreira da Silva” que visa incentivar o “regresso” dos alunos universitários às ciências florestais, numa homenagem aquele que descreveu como “um dos mais notáveis técnicos florestais das últimas décadas em Portugal”.

Conselho Superior retoma actividade

A Forestis relançou em 2007 o seu Conselho Superior, um órgão consultivo com 15 membros que tem como objectivo acompanhar a actividade da associação e aconselhar na definição das suas grandes linhas estratégicas de médio e longo prazo.

No ano passado, o Conselho Superior reuniu duas vezes, tendo a primeira, em Julho, o objectivo de aprovação dos estatutos, e a segunda, realizada em Outubro, a discussão do plano estratégico da Forestis e as suas linhas de actuação para os anos de 2008 e seguintes.

Houve igualmente por parte dos membros o cuidado de definir prioridades de actuação, tendo sobressaído a importância da revisão da política fiscal para o sector florestal, nomeadamente no que respeita às ZIF e ao cadastro florestal. Outro tema em debate pelo Conselho Superior foi a definição clara entre o papel da tutela e dos parceiros sociais, designadamente as associações, no âmbito da política florestal.



Forestis reúne com órgãos da tutela

A Direcção da Forestis reuniu, em Fevereiro, com os órgãos da tutela, designadamente com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, Ascenso Simões, e com o novo Director-Geral dos Recursos Florestais, António Rêgo.

Para além da habitual apresentação de cumprimentos aos representantes dos órgãos que tutelam o

sector, a Forestis aproveitou estes encontros para fazer sentir os principais problemas da produção florestal, nomeadamente no que respeita ao investimento e à sustentabilidade das organizações que representa. As ZIF e a gestão dos baldios foram também outro dos temas abordados.

Forestis e governos civis em projecto-piloto

A Forestis reuniu com os governadores civis do Porto e de Vila Real, com o objectivo de analisar a oportunidade de investimento de um projecto-piloto no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios. Tra-

ta-se de um projecto conjunto de vigilância das florestas naqueles dois distritos, através da instalação de um sistema de vídeo-vigilância. O projecto está neste momento em fase de análise por parte de todos os parceiros.

Portugal, Espanha e França em projecto sobre fogo controlado

Decorreu na Forestis a apresentação do projecto BDINTERSOE, que conta com o apoio do quadro comunitário INTERREG IIIB SUDOE. O projecto, que recebe a designação sumária de “Fogos controlados, instrumento ao serviço da luta contra os incêndios, o pastoreio e os gestores dos espaços naturais”, integra três parceiros europeus: o Office Nationale des Forêts (França), a Generalitat de Catalunya (Espanha), e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal).

Os parceiros do projecto BDINTERSOE reuniram-se para promover à escala do SUDOE, e também europeia, os fogos controlados como método de prevenção dos incêndios. O objectivo é valorizar o fogo controlado como técnica de extrema utilidade na luta contra os incêndios, e como instrumento de apoio ao pastoreio e aos gestores dos espaços naturais.



Forestis apresenta formação para sapadores



A Forestis apresentou um projecto ao Programa Operacional Potencial Humano para a formação de 75 sapadores florestais. Este projecto resulta de um trabalho desenvolvido em colaboração com a Direcção Geral dos Recursos Florestais, tendo em vista a formação das novas equipas de sapadores no âmbito do reforço do Programa Nacional de Sapadores Florestais em 2008.

**Se estiver interessado em publicitar
os seus serviços ou produtos,**

contacte Joana Bateira em e-mail:
jbateira@forestis.pt



Forestis oferece material didáctico



No âmbito do seu programa de educação ambiental, a Forestis ofereceu material didáctico e pedagógico a infantários, instituições de solidariedade social (IPSS) e bibliotecas. No âmbito desta iniciativa, a Forestis ofereceu o livro e CD-Rom do programa “Vamos Passear na Floresta” a mais de 100 infantários e IPSS do Porto, bem como a cerca de 300 bibliotecas municipais de todo o país.

O programa “Vamos Passear na Floresta” integra um livro e um CD-Rom com informações úteis sobre a floresta e a sua fauna e flora, assim como sugestões de jogos e passatempos para as crianças. Ao equipar escolas e bibliotecas com este material, a Forestis pretende dar mais um pequeno contributo para divulgar mais amplamente o conhecimento sobre a floresta e a melhor forma de a proteger.

Nova imagem Forestis

A Forestis acaba de modernizar a sua imagem, tendo a partir de agora uma nova logomarca que passará a identificar todos os suportes gráficos e de comunicação da associação. O novo logótipo tem como base o conceito de “protecção da floresta”, sobre diversas vertentes, desde a plantação até à transformação da madeira. Graficamente, as duas

Forestis e DGRF prosseguem GeFoCo

Tendo como finalidade a defesa da floresta contra os incêndios, a Forestis e a Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF) voltaram a assinar em 2008 o protocolo relativo ao programa GeFoCo, para a gestão de fogo controlado, reforçando assim uma colaboração que teve início em Março de 2007, aonde foram intervenções cerca de 650 ha de espaços florestais.

A Forestis é a entidade responsável pela coordenação logística e técnica das actividades necessárias à operacionalização do plano. Para isso, promove a formação das equipas locais, gere a aplicação desta técnica de gestão florestal e contribui com a experiência e know-how dos seus quadros para que a sua aplicação se faça em condições de segurança. Os objectivos do protocolo e do programa GeFoCo são a maior divulgação desta técnica entre os proprietários florestais e uma maior eficácia na defesa da floresta contra os incêndios.

A técnica do fogo controlado tem vindo a ser aplicada com sucesso no nosso país, à semelhança do que acontece em Espanha, Reino Unido, Austrália e África do Sul, entre outros.



barras laterais significam a “Protecção”, enquanto o conceito “Floresta” se traduz pelas árvores desenhadas no centro. As cores utilizadas, também ligadas à paleta de cores naturais, têm um simbolismo muito marcado, representando o verde a plantação, o castanho as árvores e o laranja a madeira transformada.

Associação integra projecto ENERSILVA

Utilização da biomassa florestal é orientação estratégica da Forestis

A utilização da biomassa florestal primária para fins energéticos é um tema que integra a agenda da Forestis desde 2005, ano em que a associação aderiu ao Enersilva, um projecto europeu de cooperação transregional que decorreu entre Março de 2004 e Junho de 2007, promovido por um grupo de associações de proprietários florestais do Sul da Europa. Seguindo as orientações estratégicas para o sector energético europeu, em relação à utilização de fontes de energia renováveis, a biomassa florestal assume um papel decisivo, podendo contribuir para uma melhoria da floresta do sul da Europa e para o aumento de rendimento dos seus proprietários. Com o objectivo de dinamizar os proprietários florestais para o aproveitamento energético da biomassa florestal primária, o Enersilva reuniu parceiros de três países — Portugal, Espanha e França —, concretamente de seis regiões do Sul da Europa: Aquitânia, Galiza, Catalunha, País Basco, Norte e Centro de Portugal. Em representação da região Norte de Portugal, a Forestis iniciou uma intensa actividade de estudo e análise sobre as possibilidades de aproveitamento energético da biomassa florestal. No âmbito desta estratégia, a Forestis assinou um protocolo com o Instituto de Desenvolvimento Eco-



nómico e, mais tarde, integrou um consórcio com a Empresa Geral do Fomento (EGF) e outras entidades públicas e privadas para o concurso a uma das 15 centrais termoelétricas a biomassa.

“A Forestis quer ser um motor de desenvolvimento desta fileira e está a desenvolver todos os esforços e a acompanhar de perto toda a evolução da mobilização da biomassa para fins energéticos em Portugal”, afirma Francisco Carvalho Guerra, presidente da Forestis. Segundo Carvalho Guerra, o desenvolvimento do aproveitamento da biomassa florestal em Portugal poderá apresentar-se como uma nova sub-fileira com grandes benefícios para a economia e o para o desenvolvimento rural. De acordo com as conclusões do Enersilva, a biomassa florestal contribui para a valorização económica, já que representa um recurso que pode vir a impulsionar a criação de emprego em zonas rurais e contribuir para a diminuição do risco de incêndio.

As conclusões que a Forestis alcançou no âmbito do projecto Enersilva constituem informação que a associação tem vindo a divulgar junto dos proprietários nas várias iniciativas que tem organizado para divulgação deste tema. A Forestis pretende, assim, contribuir para impulsionar o empreendedorismo local.

Dentro das principais actividades do Enersilva, os principais resultados obtidos foram: um conhecimento mais aprofundado do sector da biomassa florestal primária, bem com uma análise económica e estimativa de custos da BFP, tendo sido estimados os custos desde a sua geração de BFP na floresta, até ao custo de entrega de BFP nas centrais.

Por outro lado, realizaram-se propostas e pré-projectos de conversão, relacionados com a transformação energética da biomassa florestal. Neste âmbito, surgiram projectos de

Centrais termoelétricas a biomassa em Portugal

No período 2005-2007 a biomassa florestal primária para fins energéticos sofreu um grande impulso. Na concretização das metas definidas na Estratégia Nacional para a Energia, em Fevereiro de 2006, foi lançado um concurso público para a construção de 15 centrais termoelétricas a biomassa floresta em Portugal, distribuídas pelo país, estando 12 desses pontos localizados na região Norte e Centro de Portugal. A potência total em concurso é de 100MVA, sendo que 81 MVA se localizam nas regiões Norte e Centro. Existem actualmente duas centrais termoelétricas a funcionar em Portugal: uma em Mortágua e outra em Ródão.

Associação integra projecto ENERSILVA

centrais de biomassa em todas as regiões participantes, prevendo-se que em 2012 estejam a funcionar 32 centrais nestas regiões. Muito importante ao nível dos resultados alcançados com o Enersilva foi, também a colaboração na elaboração de políticas e normativas de âmbito nacional e regional, destacando-se, no caso português, a colaboração da Forestis no Plano de Desenvolvimento Rural de Portugal.

Evolução futura da biomassa florestal

No âmbito do projecto europeu de cooperação trans-regional Enersilva, decorreu em Vigo, na Galiza, um seminário internacional sobre “Biomassa Florestal Primária e Electricidade Verde”, onde a Forestis teve uma intervenção sobre a organização dos proprietários florestais e o fornecimento de biomassa florestal através de modelos viáveis de abastecimento.

Os especialistas aí presentes foram unânimes em considerar que é expectável um incremento da mobilidade da biomassa florestal primária no Sul da Europa, de forma a responder ao aumento do consumo de matéria-prima florestal.

A principal conclusão do encontro é a de que a biomassa florestal primária (BFP) se posiciona como um material cada vez mais estratégico e que a sua mobilidade vai depender, em boa medida, do preço que os silvicultores vierem a obter e que deverá compensar os custos de produção de BFP e os derivados do seu aproveitamento. Nos bosques do Sul da Europa, dos quais 90% são de propriedade privada, com mais de dois milhões de proprietários, a produção de BFP deve gerar lucro empresarial que permita que os produtores se organizem de forma a garantir um fornecimento estável e contínuo.

Assim, há que criar as condições para que os proprietários possam actuar activamente no mercado. Para isso, as associações de proprietários florestais são as entidades privilegiadas para chegar a acordos com os operadores e com a indústria de transformação energética.

Concluiu-se igualmente que a intervenção da administração local na dotação e melhoria das infra-estruturas florestais é determinante, na medida em que o desenvolvimento da BFP numa região está condicionado pela planificação logística e pela redução dos custos nos processos de recolha, carga e transporte.



Apoios ao investimento são essenciais

Outro tema importante debatido neste seminário do Enersilva foi a da legislação e dos apoios ao investimento em centrais produtoras de energia a partir de biomassa. Na ocasião foi lançado um apelo às autoridades, em particular às administrações regionais, para uma tomada de consciência da necessidade de apoio que esta nova indústria necessita e a de legislar a longo prazo, sem discriminação.

Por outro lado, as localizações de futuras centrais de geração eléctrica a partir de BFP devem ser resultado de estudos que contemplem objectivos locais de desenvolvimento florestal sustentável, compatíveis com os objectivos da política energética. É necessário desenvolver centrais de energia eléctrica a partir de biomassa com sistemas que permitam aumentar os rendimentos energéticos e contemplem a possibilidade de aproveitamento de calor.

Por último, os participantes neste encontro promovido pelo Enersilva alertaram para o facto de que as medidas da PAC, sobretudo as relacionadas com a Política de Desenvolvimento Rural, podem favorecer o aproveitamento energético da BFP somente se as regiões e os Estados desenvolverem adequadamente as linhas de ajuda previstas pela UE.



O que é a Biomassa Florestal Primária (BFP)

Um dos objectivos do Enersilva e dos seus parceiros foi a definição da biomassa florestal primária para fins energéticos, tendo-se considerado como tal a fracção biodegradável dos produtos gerados nas florestas que se processa e transforma com essa finalidade. Em resumo, nas florestas do sul da Europa, a biomassa é formada pelos materiais vegetais originários da silvicultura como podas, selecção de varas, desbastes, cortes fitosanitários e limpeza de matos, resíduos de exploração florestal — procedente de cortes finais ou de cortes intermédios — e lenhas provenientes de podas e desramações. Também se inclui o material vegetal obtido nas florestas através de culturas energéticas, lenhosas ou herbáceas. Dos combustíveis lenhosos obtém-se directamente energia ou transforma-se noutros combustíveis, como o carvão vegetal, os gases da pirólise, pellets, bioetanol, biodiesel, entre outros.

Com o lançamento de campanha de âmbito nacional

Forestis sensibiliza para a protecção da floresta

A Forestis assinalou o Dia Mundial da Floresta, 21 de Março, com o lançamento de uma campanha de sensibilização para a protecção da floresta. Trata-se de uma campanha de âmbito nacional, que tem como objectivo alertar a população para a importância da defesa da floresta, da sua valorização e a sua interacção com os recursos hídricos e o património.

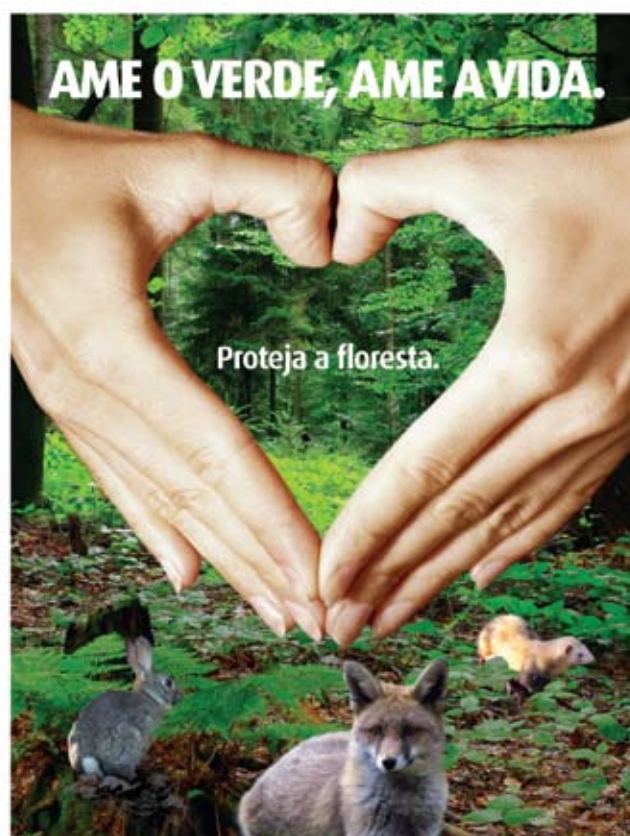
Sob o headline “Ame o Verde, Ame a Vida. Proteja a Floresta”, a campanha envolve diversos suportes, como anúncios de imprensa, distribuição de folhetos e cartazes. A distribuição dos folhetos será feita através das 30 associações que integram a Forestis, no Norte e Centro do País.

A floresta é um património e um recurso natural, que contribui de uma forma incalculável para a qualidade de vida de todos os portugueses. Esta campanha pretende, exactamente, mudar as mentalidades e sensibilizar para uma nova consciência ambiental, tendo como objectivo a defesa da floresta e de todos os seus recursos.

Com esse objectivo, a campanha possui três mensagens distintas, que incidem na valorização da floresta e a sua biodiversidade, nos recursos hídricos e no património cultural. A ideia é mostrar que a floresta, com todo o seu património natural e cultural, desempenha um papel importante como local ideal para realização de actividades de lazer e recreio. A nível ambiental, as florestas são responsáveis pela melhoria da qualidade da água, pela protecção contra a erosão dos solos, pelo armazenamento do dióxido de carbono (CO₂) e pela preservação da biodiversidade de plantas e animais.

A Forestis defende a ideia de que, por todos os bens e serviços prestados, as florestas devem ser valorizadas, protegidas, geridas, manuseadas com

responsabilidade. As florestas são um bem comum que importa preservar, procurando “atender às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades”.



LIGUE 112
Nº DE ALERTA PARA INCÊNDIOS



Sabia que...

- 92% da floresta é detida por proprietários privados?
- cerca de 1/3 do território continental é área arborizada?
- 3 mil milhões de euros foi o valor da produção económica anual da floresta no continente?
- o sector florestal gera cerca de 170 mil empregos directos, representa 10% das exportações e 3% do Valor Acrescentado Bruto?
- cerca de 98% das causas de incêndio têm origem humana?
- em 2005, 26,8% dos incêndios florestais tiveram como causa o uso negligente do fogo e 8,2%, do total de ocorrências, foi devido a acidentes com o fogo?

ZIF criadas, fadigas dobradas



A constituição de ZIF é um desafio cujos desfechos podem ser bem diversos para as Organizações de Produtores Florestais (OPF). Começemos por um dos mais nefastos. Suponhamos que na área social de uma OPF já existente surge um movimento exterior a essa OPF para a constituição de uma ZIF e que esse movimento leva a sua a melhor, de uma forma desarticulada da actuação da OPF, podendo mesmo fazê-lo em conflito com ela. Isto poderá ser sadio se a OPF em questão não estiver a cumprir devidamente as suas missões e se, a partir da ZIF assim constituída, surgir uma renovação do associativismo florestal nessa zona que corrija os males do até então existente. No entanto, o que poderá acontecer, a maior parte das vezes nestes casos, dada a fase de arranque em que se encontram muitas OPF com naturais dificuldades em arrancar já, em força, para a constituição de ZIF, é gerar-se com isto mais “minifúndio” institucional ao nível das OPF, em vez do seu reforço.

Um desfecho favorável a este reforço é o caso onde as ZIF, no território de uma dada OPF, são constituídas graças à iniciativa e ao trabalho dessa OPF, que, por isso, naturalmente, acaba por ser escolhida para entidade gestora dessas ZIF.

Para que este segundo desfecho prevaleça relativa-

mente ao primeiro é condição necessária, mas, infelizmente, não suficiente, que já exista no terreno uma OPF com bons serviços prestados aos proprietários florestais e suficientemente respeitada para lhe ser reconhecida liderança neste processo por todas as partes nele interessadas.

É por isso que, na altura em que se andou a discutir o articulado do decreto-lei que regula as ZIF, defendi que a boa sequência de medidas de política florestal nesta matéria deveria ter sido a seguinte:

- Primeiro, um programa vigoroso de fomento da constituição e do desenvolvimento de OPF que também “limpasse” algum oportunismo que estivesse a existir nestas organizações;
- Depois, o fomento da constituição de ZIF nas quais as OPF fossem a força liderante.

Sabemos que, infelizmente, a sequência não foi esta e, por isso, temos agora espalhado pelo país um pouco de tudo no que se refere à constituição de ZIF, sendo que nem tudo o que está a acontecer a este nível será necessariamente no sentido do reforço do associativismo florestal digno desse nome.

Voltando às ZIF como desafio, pela positiva, que se coloca às OPF existentes, elas podem ser um instrumento decisivo para ajudar estas organizações a vencer, com sucesso, uma fase difícil do seu desenvolvimento a que vão chegando depois de passada a fase de criação e de crescimento

inicial. Essa fase é a dos **“rendimentos marginais decrescentes” na angariação de novos associados** e a da necessidade **da passagem de uma actuação “em manta de retalhos” para uma actuação “em mancha contínua”**.

Na sua constituição e na fase inicial do seu desenvolvimento há uma tendência para as OPF atraírem principalmente associados com propriedades de dimensão acima da média. Por isso, nas fases seguintes, o crescimento do número e da área dos associados terá que repousar principalmente na atracção dos de pequena dimensão. Por isso, a esforço igual na angariação de novos associados, os “rendimentos” obtidos nesse trabalho serão menores nestas fases posteriores do que na fase inicial de vida da OPF. A constituição de uma ZIF poderá ajudar a aumentar o “rendimento” deste trabalho, baseado essencialmente na **persuasão**, ao juntar-lhe a pressão respaldada no **poder de autoridade do Estado** que vem do facto das regras de gestão determinadas pelos proprietários aderentes à ZIF se imporem também aos não aderentes. Naturalmente isto também ajudará a vencer a resistência dos proprietários de maior dimensão que até aí não se tinham interessado pelo associativismo florestal.

Sendo as ZIF constituídas por manchas florestais contínuas, caso uma OPF consiga o estatuto de entidade gestora desse território, a sua actividade poderá dar um salto não só quantitativo (mais área a gerir), mas também qualitativo (melhor gestão e com menores custos), comparada com a actuação anterior, “em manta de retalhos” correspondentes às parcelas dos seus associados dispersas pela sua área social.

Se mais razões não houvesse, estas duas bastariam para justificar que as OPF que querem crescer e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos seus associados não poderão deixar de se empenhar, até ao limite das suas possibilidades, na constituição de ZIF e no esforço para merecerem serem escolhidas como suas entidades gestoras.

As dificuldades deste trabalho são imensas, mas, apesar disso, a experiência já está aí para mostrar que não são intransponíveis. O problema principal é que elas não desaparecem, ou não se atenuam substancialmente uma vez alcançada a constituição legal da ZIF. Diria mesmo que as principais dificuldades virão a seguir. No essencial, essas dificuldades decorrem do seguinte: uma enorme desproporção entre, por um lado, os objectivos que atribuem às ZIF os seus aderentes, a Administração Pública Central e Local, as indústrias florestais e a sociedade

em geral e, por outro lado, os meios de que as suas entidades gestoras (desejavelmente OPF) terão ao seu dispor para que esses objectivos sejam alcançados. Quanto aos objectivos são, quase sempre, ambiciosos e muito difíceis de alcançar num prazo relativamente curto (por exemplo, a redução substancial do risco de incêndio), para já não falar da possibilidade de existirem conflitos entre alguns deles.

Os meios que as OPF, enquanto entidades gestoras de ZIF, terão ao seu dispor para levar por diante essa tarefa imensa são muito escassos. Não estou a referir-me aqui essencialmente a recursos financeiros, embora também a estes se aplique o reparo que acabei de fazer. Estou a referir-me principalmente a recursos de natureza institucional. Para ser mais preciso, um exemplo deste tipo de recursos que será essencial para uma boa gestão de uma ZIF é a convergência de esforços com a sua entidade gestora por parte de entidades públicas (DGRF, GNR, autarquias locais, etc.) e privadas (indústrias florestais, entidades gestoras de zonas de caça, etc.) com competências e uma influência decisiva em várias matérias relevantes para essa gestão: É evidente que, por melhor que seja a folha de serviços prestados pela OPF com responsabilidades de gestão da ZIF, se alguma das instituições atrás referidas entrar em rota de colisão, ou de distanciamento relativamente à ZIF não será muito aquilo que a OPF poderá fazer para contrariar tal propósito e evitar os males que daí poderão advir para a boa gestão da ZIF.

Outro caso ainda: de que valerá essa boa folha de serviços prestados por uma OPF enquanto entidade gestora de uma ZIF nos casos em que se vir sozinha, sem os devidos apoios por parte de quem de direito, a confrontar situações de proprietários não aderentes que não cumpram os planos de gestão aprovados para a ZIF e para os quais a persuasão já não basta?

Como, infelizmente, o associativismo florestal não é ainda reconhecido entre nós, de forma unânime e consequente, como via absolutamente necessária para o desenvolvimento da nossa floresta, não será de estranhar que venha a faltar, por vezes, a convergência de esforços em torno do reforço das capacidades das OPF que estiverem a cumprir bem as suas missões. Como já atrás referi, esta prioridade ao associativismo florestal digno deste nome não é coisa que tenha tido até agora, nas políticas públicas portuguesas, uma história à altura das necessidades de desenvolvimento de um país onde 98,8% da área florestal é privada (93,4% pertencentes a proprietários individuais ou industriais e 5,4% a comunidades de compartes de baldios). Cá continuaremos a lutar para esta situação se altere.

por Américo M. S. Carvalho Mendes
Presidente da Direcção da Associação Florestal do Vale do Sousa e
membro do Conselho Consultivo da FORESTIS

PEFC – Por um mundo onde as pessoas praticam a Gestão Sustentável das Florestas

O Programa para o Reconhecimento de Sistemas de Certificação, mundialmente reconhecido pela sigla PEFC, continua a ser o esquema que mais contribui para a gestão sustentável das florestas, com 194 milhões de hectares de floresta certificados distribuídos por 23 países em seis continentes.

A evolução crescente do PEFC tem vindo a proporcionar a progressiva aceitação e credibilidade do sistema junto do mercado e consumidores. Em 2007, o PEFC contabilizou 3500 empresas com certificação da cadeia de responsabilidade, condição esta necessária para a utilização do símbolo PEFC no comércio de produtos florestais certificados, num aumento de 20% face ao ano anterior.

A gestão florestal sustentável e a sua certificação é tanto mais necessária, quando se pretende veicular a imagem positiva dos produtos de base florestal e, por esta via, diminuir a desconfiança por parte dos consumidores, que frequentemente são levados a optar por outros materiais de características, quase sempre, menos ecológicas, embora menos controversas.

São vários os pontos fortes que tornam o PEFC na primeira escolha dos produtores florestais a nível mundial e motivam o forte apoio das indústrias, pelo que vale a pena salientar, sucintamente, os mais relevantes ao nível da aplicação da gestão florestal.

Ao nível das normas, o PEFC foi construído para permitir a certificação da pequena propriedade e responder eficazmente às realidades Europeias, de grande desagregação da propriedade florestal. O PEFC disponibiliza três níveis de certificação: individual, de grupo e regional. É neste último nível que o PEFC faz a diferença relativamente a outros sistemas, já que permite o agrupamento, por zonas geográficas, de todos os interessados em certificar a gestão florestal da sua superfície, fomentando a adopção de uma série de medidas (descritas num referencial técnico) dirigidas para melhorar a gestão florestal da região.

Depois, destaca-se o facto dos critérios de certificação da gestão florestal serem os acordados pelos Governos no âmbito dos processos interministeriais para a Protecção das Florestas. No nosso caso, aplicam-se

os critérios Pan-Europeus para a Gestão Florestal Sustentável. Esta medida oferece a garantia de que são usados critérios concebidos para as realidades Europeias e, por isso, perfeitamente adaptados do ponto de vista ambiental e socioeconómico, como também transmite a confiança de que se está a contribuir para a persecução das políticas nacionais e Europeias em matéria do desenvolvimento sustentável das Florestas.



Um sistema à medida da nossa realidade e fácil de aplicação

A facilidade em aplicar as regras para a gestão florestal sustentável ao nível do produtor florestal está comprovada pela área florestal certificada nos países aderentes a esta iniciativa e que têm os seus sistemas reconhecidos. O modelo de aplicação regional, adoptado como primeira escolha e com comprovado sucesso permite responder positivamente às dificuldades relacionadas com a fragmentação e dimensão da propriedade florestal e os direitos privados dos seus proprietários.

Em Portugal, não há diferenças significativas do ponto de vista da organização e desenvolvimento dos sistemas de gestão florestal sustentável. Contudo, para colocar em funcionamento e garantir a manutenção ao longo do tempo dos sistemas de gestão florestal a este nível é necessário disponibilidade de meios e recursos que não são acessíveis às organizações de produtores florestais sem o apoio das administrações locais, principalmente numa fase inicial de desenvolvimento.

Ainda assim, em 2007, foram identificadas algumas iniciativas que permitem criar expectativas quanto a uma alteração do panorama actual da certificação florestal PEFC já este ano.

Ao nível da procura de mercado importa destacar para a fileira de Eucalipto a certificação da cadeia de responsabilidade do grupo Portucel/Soporcel em 2007 e a manutenção do preço diferenciado para a madeira certificada em €2,5 m³ (c/ ou sem casca).

Manual de Gestão Florestal Sustentável

A Forestis lançou no início do ano um manual sobre “Gestão Florestal Sustentável e Certificação”, que pretende dar resposta a várias questões que surgem no âmbito da gestão sustentável e certificação de áreas florestais. Trata-se de uma publicação técnica, destinada a dois tipos de utilizadores: proprietários florestais em acções de formação profissional promovidas pela Forestis ou por outras entidades ligadas ao Movimento Forestis, bem como técnicos, alunos de Escolas Técnico Profissionais e Ensino Superior e outros interessados em desenvolver conhecimentos na temática.

O manual é particularmente útil para responder a algumas questões acerca da certificação florestal e ajudar quem pretenda implementar um Sistema de Gestão Florestal Sustentável (SGFS).

Este começa por descrever o que é a NP 4406 “Gestão Florestal Sustentável – Aplicação de Critérios e Indicadores Pan-Europeus de Gestão Florestal Sustentável” e os seus principais conceitos de referência. Enumera as vantagens de certificar uma área florestal e explica o que esse processo implica para os proprietários florestais.

Também importante é a descrição do processo e o circuito para a certificação, apresentando os vários passos envolvidos, desde a certificação da gestão florestal até à certificação do produto final.

O manual descreve ainda todos os critérios e indicadores que constam na NP4406 e que foram seleccionados com base nos critérios pan-europeus



definidos para as questões florestais, tendo em conta aqueles que melhor se adaptam à realidade portuguesa. Outro capítulo importante nesta publicação diz respeito à certificação de Grupo e Regional, prevista de forma a minimizar os custos inerentes ao processo de certificação, o que pode ser conseguido se o proprietário se integrar num grupo ou se aderir a um processo regional.

Descrevendo, por fim os requisitos necessários para a certificação florestal, através da apresentação de exemplos o manual termina com uma check-list, útil quer para proprietários quer para os técnicos para a revisão de todo o processo e verificação daquilo que está ou não a ser implementado e cumprido para que possam ser efectuadas as necessárias melhorias.

Forestis intervém na gestão de riscos

Numa época em que se tornam cada vez mais frequentes as perdas e danos causados pelos desastres naturais, torna-se essencial o estudo e aprofundamento de métodos que permitam incidir sobre a gestão desses riscos nos vários sectores produtivos.

Esta é, por isso, uma área na qual a Forestis tem vindo a trabalhar nos últimos anos, designadamente no desenvolvimento de projectos sobre a gestão de riscos em áreas específicas no país, na educação



vida da forestis

ambiental e na organização de eventos. É o caso dos trabalhos sobre os riscos na bacia hidrográfica do rio Estorãos e na Serra da Aboboreira, realizados ao abrigo do MEDRISK e do LITTORISK, respectivamente, integrados no Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG IIIC.

Ambos os trabalhos tiveram como objectivo encontrar soluções que permitam controlar ou mitigar o risco de incêndio que poderá colocar em causa o património inserido no espaço florestal ou aquele que, existindo na sua periferia, não tem qualquer tipo de cintura de protecção no caso da sua ocorrência. Como resultado destes estudos foram identificadas algumas situações mais problemáticas e concluiu-se que, sendo controladas ou minimizadas as condições naturais que originam os fenómenos referidos, poderão evitar-se grandes investimentos na recuperação dos danos provocados por catástrofes naturais. Por outro lado, a avaliação e quantificação dos riscos naturais permite um melhor planeamento e execução de acções de protecção ao património edificado.

No domínio da educação ambiental para a gestão dos riscos, a Forestis acaba de editar uma banda desenhada — em parceria com o Istituto di Istruzione Superiore S. Pertini, em Itália, e o Banque Regionale du Livre, em França — dedicada aos jovens das escolas básicas e secundárias. Com o título “O Voo de Noé”, a história pretende alertar os jovens para a importância do património cultural e para a prevenção dos riscos naturais na sua região e insere-se na estratégia de educação ambiental que a Forestis tem vindo a seguir com vista a sensibilizar para uma cultura florestal.

Desenvolvido no âmbito do programa PIC INTERREG IIIC-OCR NOE, o projecto teve como objectivo proporcionar aos jovens um maior conhecimento destas temáticas, de uma forma lúdica e apelativa, como é o caso desta banda desenhada, construída com personagens com as quais os destinatários se identificam.

A Forestis integra o CERUP – Centro de Riscos da Universidade do Porto, tendo sido responsável, nessa qualidade, pela organização do painel reservado ao tema da “Gestão do Risco nas Actividades Florestal e Agrícola”, integrado na conferência internacional que reuniu no Porto, em Outubro, alguns dos maiores especialistas mundiais em Gestão de Risco. Esta conferência teve como objectivo avaliar a gestão do risco em actividades produtivas, escolhidas estrategicamente entre as áreas mais importantes para a economia global portuguesa.



“O Voo de Noé” ensina a prevenir riscos

A banda desenhada “O Voo de Noé” foi traduzida em cinco línguas diferentes: Árabe, Francês, Inglês, Italiano e Português. Trata-se de uma história cheia de acção e dinamismo, na qual as personagens passam por um conjunto de situações que lhes ensinam, no final, como cuidar o seu património natural e cultural e como prevenir os riscos.

“O Voo de Noé” vai ser distribuído pelas organizações florestais sub-regionais filiadas na Forestis, para que estas o entreguem nas escolas das suas áreas de abrangência, de forma atingir o maior número possível de jovens. O mesmo acontecerá nos países parceiros neste projecto, como a Itália e a França.

Pós-graduações da Forestis certificam auditores



A Forestis iniciou em 2006 um programa de pós-graduações, em colaboração com algumas universidades nacionais, públicas e privadas, integradas no seu plano de formação para o sector da fileira florestal, com o objectivo de contribuir para uma gestão florestal sustentável.

O primeiro curso de pós-graduação foi o de **"Gestão Ambiental do Território"**, dirigido a técnicos superiores licenciados, de organizações associativas e de desenvolvimento local, de câmaras municipais e outras entidades públicas ou privadas. O curso contou com 20 participantes, que concluíram 204 horas de formação integrada na área do ambiente, ligada às questões do planeamento e ordenamento do território.

Ainda em 2006, em Setembro, teve início o curso de pós-graduação em **"Economia e Gestão de Organizações Florestais"**. No plano curricular, este curso pretendeu dar uma atenção especial à problemática das modalidades de gestão florestal agrupada, para além das questões da economia, política e certificação florestal. Foi o primeiro curso acreditado pelo PEFC Portugal para a certificação de auditores. Com 21 participantes, o curso englobou 336 horas

de formação e uma viagem de estudo à Noruega.

Em Fevereiro de 2007, a Forestis arrancou com a pós-graduação em **"Implementação de Sistemas de Gestão Florestal Sustentável"**, em conjunto com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. O objectivo era o de qualificar todos os agentes com responsabilidades na gestão florestal e cadeia de responsabilidades nas empresas, interessados em obter conhecimentos sobre a implementação e manutenção do Sistema de Gestão Florestal Sustentável, segundo o normativo PEFC Portugal.

No final do curso, que terminou em Junho passado, e após um total de 217 horas de formação, os alunos ficaram certificados para implementar sistemas de gestão florestal e a submetê-los a um processo de certificação, tendo como base de referência o PEFC, bem como ter a capacidade de proceder a auditorias internas e a acompanhar as auditorias externas ao sistema.

Todas as pós-graduações permitiram aumentar as qualificações dos técnicos superiores, em áreas de formação ainda pouco exploradas mas essenciais e de futuro, contribuindo para a melhoria contínua e sustentável do sector florestal português e para um melhor acompanhamento dos proprietários florestais nacionais.

Forestis forma técnicos da DGRF em DFCI

Por solicitação da Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF), a Forestis organizou entre Março e Abril do ano passado um curso de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), especificamente para técnicos daquela instituição. Participaram nesta ac-



ção de formação 16 técnicos florestais da subdirecção de DFCI da DGRF.

O curso foi motivado pela publicação do Decreto-Lei 124/2006, que apresenta a forma de organização de todo o sistema e define quais as competências, quer para as organizações quer para os cidadãos, no âmbito da estratégia de defesa da floresta contra incêndios. De salientar que, logo a seguir à publicação deste Decreto-Lei, a Forestis promoveu uma primeira acção de formação em DFCI para as organizações que a integram, cujo sucesso motivou a DGRF a solicitar a realização de um segundo curso para os seus quadros.

O programa do curso integra um conjunto de regras básicas e procedimentos no domínio da DFCI, no âmbito da prevenção e segurança, coordenação de equipas e actuação no terreno e elaboração de um plano integrado de DFCI.

Formação profissional em Fogo Controlado



Entre 2006 e 2007, a Forestis realizou cerca de 500 horas de acções de formação em Técnicas de Fogo Controlado, abrangendo mais de 100 formandos, entre técnicos e sapadores florestais, em todo o país.

As acções de formação realizadas pela Forestis até ao final de 2007 representaram um investimento de cerca de € 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros), suportado por esta associação. Trata-se de uma área em que a Forestis tem vindo a apostar em larga escala e que tem sido fundamental como contributo para o

cumprimento das metas previstas no Plano Nacional da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Durante este período foram realizados três cursos de Fogo Controlado direccionados a técnicos, nos quais participaram 48 formandos, vindos de 36 organizações, entre as quais as organizações de proprietários, autarquias, parques naturais, técnicos da Direcção Geral dos Recursos Florestais e outras. Para os sapadores, a Forestis desenvolveu três acções de formação, que envolveram 60 formandos.

As acções de formação promovidas pela Forestis abrangeram todo o país, de Norte a Sul, e realizaram-se em locais como as serras do Gerês, Marão e Lousã e em locais como Mafra Coruche, Sines, Castelo de Vide, Silves, Lagos, entre outros locais.

De salientar que, durante o período em análise (2006/2007) foram alvo da técnica de fogo controlado 308 hectares de terreno em todo o país, entre mato e floresta (Pinhal), facto que contribui para a diminuição do risco de incêndio florestal.

Entre 2002 e 2007, foram realizados pela Forestis 7 cursos para técnicos florestais, envolvendo 101 profissionais, estando já 52 credenciados. No mesmo período, um total de 169 sapadores florestais foram alvo de formação, abrangendo 35 equipas de 33 entidades do Norte ao Sul do país.

Povoamentos florestais em vídeo

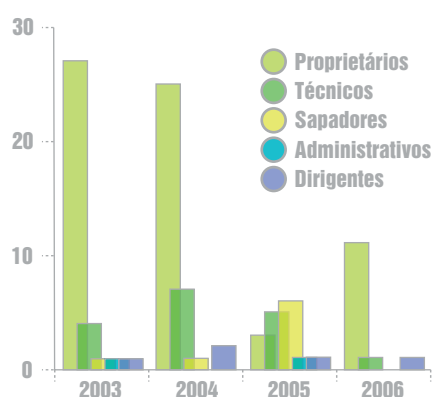
A Forestis editou um vídeo sobre “Instalação e Condução de Povoamentos Florestais”, especialmente criado para ser utilizado em acções de formação de proprietários florestais, como material pedagógico de apoio a formadores.

Procurou-se neste vídeo abordar temas de grande interesse para os proprietários florestais: Instalação de Povoamentos, Podas e Desramações e Condução de Povoamentos. Com 30 minutos de duração, o vídeo mostra, na prática, através de um suporte dinâmico e apelativo, todas as técnicas para melhor cuidar dos povoamentos florestais. O objectivo é transmitir ao proprietário florestal os conhecimentos sobre a melhor forma de otimizar as suas áreas florestais e delas retirar maior rendimento, bem como proporcionar alguns conceitos básicos para uma gestão florestal sustentável.

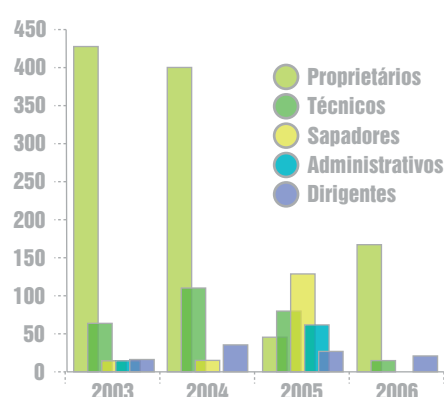


Plano de Formação com avaliação positiva

N.º de Cursos por Ano (2003-2006)



N.º de Formandos por Ano (2003-2006)



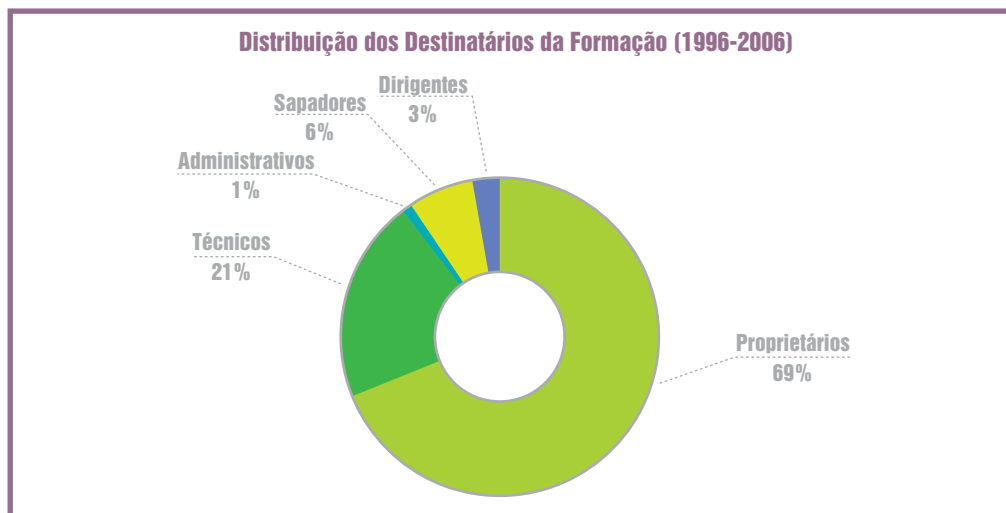
Nos últimos anos, a Forestis tem vindo a desenvolver um enorme esforço no sentido de intensificar as acções de formação que promove, quer no que diz respeito às temáticas quer a maior abrangência de público a que se destinam. O resultado desse inves-

timento tem sido bastante positivo e reflecte-se na prática, como o comprova o Relatório de Avaliação do Plano de Formação relativo a 2004-2006, que acaba de ser editado pela Forestis.

vida da forestis

Trata-se de um documento que pretende facilitar o acesso a informação mais relevante sobre as acções realizadas nesta área, designadamente os seus re-

sultados práticos, bem como sugerir possíveis melhorias em algumas áreas.



Durante o período em análise (2004-2006) realizaram-se 58 acções de formação, que foram concluídas por 571 proprietários, 75 dirigentes associativos, 193 técnicos florestais, 16 sapadores florestais e 10 administrativos. Em geral, o estudo demonstra que todos os grupos são unânimes em avaliar positivamente o incremento na percepção dos assuntos estudados, incremento de conhecimento com valor acrescentado para a sua actividade profissional e maior eficácia do seu desempenho no terreno.

No capítulo final do estudo, os responsáveis pela avaliação consideram que, através dos resultados deste estudo, a Forestis “demonstra ter consciência do valor que a formação tem na intervenção e mudança social (...) no sector florestal. Os resultados alcançados só foram possíveis porque a Gestão de Formação na Forestis visa realmente alcançar impactes no terreno e implicar os actores chave (proprietários, dirigentes e técnicos) numa visão de futuro optimista e realista, que possui para o sector florestal”.

Forestis debate formação profissional

O Relatório de Avaliação do Plano de Formação da Forestis relativo a 2004-2006 foi apresentado durante o seminário “Formação Profissional, Rumo à Competitividade”, que a associação organizou no dia 27 de Fevereiro, no Porto.

Com a participação de Francisco Madelino, presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional, na sessão de abertura, o seminário reuniu técnicos e quadros do sector da formação profissional com o objectivo de fazer um balanço da formação profissional em Portugal, como factor fundamental para o desenvolvimento de competências da população. Foram igualmente apresentadas as novas modalidades de organização e avaliação da formação e a estratégia para a área da formação profissional prevista no novo Quadro Comunitário.

APFVM - Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho

Gestão florestal sustentável no Vale do Minho

O Fórum “Por uma Floresta Sustentável no Vale do Minho”, realizado no âmbito da Agenda 21 do Vale do Minho, no dia 21 de Janeiro, em Monção, permitiu debater a implementação dos modelos de gestão conjunta no Vale do Minho, nomeadamente as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF's) e Grupos de Baldios.

A posição da DGRF aponta para a divisão territorial, separando os baldios da restante propriedade privada, pelo que os baldios não deverão integrar áreas ZIF's. Segundo Luís Lopes, Sub-Director dos Recursos Florestais, os dois modelos poderão no futuro entroncar um no outro. Segundo Calçada Duarte, Chefe de Divisão de Gestão do Património Florestal, a estratégia da DGRF poderá ser revista quando os Planos de Utilização dos Baldios estiverem concretizados, dentro de um a dois anos.

Da exposição de Amália Neto, técnica da Associação Florestal do Vale do Sousa, depreende-se, entre outros, que a organização de um processo semelhante ao de uma ZIF leva pelo menos dois anos.

Por outro lado, o Plano de Desenvolvimento Rural, que define as orientações para o próximo QREN, refere como prioritários todos os investimentos devidamente integrados, como os da ZIF ou Grupo de Baldios. Facilmente se conclui que os prazos acima mencionados inviabilizam por completo a elaboração de candidaturas ao QREN. Mais uma vez, perto de 70% do território do Vale do Minho que corresponde ao espaço florestal, corre seriamente o risco de não aceder aos fundos comunitários, numa área em que os investimentos são avultados.

Veja-se agora, face à posição assumida pela DGRF, quais as expectativas para a floresta do Vale do Minho. Foi dito que 50% dos prédios rústicos florestais (com base no levantamento topográfico efectuado no estudo de emparcelamento no Concelho de Monção) têm uma área inferior a 500 m², sendo que 90% têm menos de 2100 m². Fala-se não de uma área de minifúndio mas sim de “microfúndio”, conforme referido por Margarida Barbosa da APFVM, já para não falar em “nanofúndio” segundo Carvalho Guerra, Presidente da Forestis. Conclui-se que sem a integração dos baldios não é de todo perspectivável a constituição de uma ZIF no Vale do Minho. Quem pode promover a constituição de ZIF's nestas condições, se não está previsto qualquer apoio financeiro para a constituição desse mesmo núcleo fundador?



O que não se entende é que em tempos, a DGRF aprovou projectos para financiar a constituição de ZIF's, integrando baldios geridos em regime de exclusividade pelos compartes, sendo eles baldios na alínea a, ou não tendo nunca sido submetidos ao Regime Florestal; hoje vem dizer que a adesão desses baldios não é possível. Estão em causa três projectos desenvolvidos de há dois anos para cá e que representam um esforço muito grande efectuado pela APFVM. Américo Mendes, Presidente da Direcção da Associação Florestal do Vale do Sousa, em defesa da APFVM alega que o Estado pode vir a ser processado, pois a não integração dos baldios em ZIF não consta do Decreto-Lei, sendo que essa mesma posição em nada contribui para a prossecução dos objectivos que o mesmo decreto refere, a de diminuir o risco de incêndio e melhorar a eficiência da sua gestão.

Por último durante todo o debate estiveram em confronto as posições divergentes da DGRF e do Ministro da Agricultura, que em público tem várias vezes defendido a integração dos baldios em ZIF. O discurso de encerramento de Rui Solheiro, presidente da Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho é prova disso, tendo evocado a recente visita do ministro Jaime Silva a Melgaço em que o Ministro reiterou essa posição junto aos autarcas presentes.

No encerramento, a APFVM sublinhou a expectativa de que o Fórum possa ter contribuído para a consciencialização das entidades responsáveis para a situação de marasmo em que a floresta do Vale do Minho se encontra. E, concluíram, que a possibilidade da adesão dos baldios às ZIF é essencial para criar condições para a promoção de uma floresta sustentável no Vale do Minho.

Associação Florestal Entre o Douro e Tâmega (AFEDT)

Audiência final para ZIF de Aboim



A Associação Florestal Entre o Douro e Tâmega (AFEDT) realizou no dia 26 de Janeiro, em Celorico de Basto, uma reunião de audiência final para a constituição da Zona de Intervenção Florestal (ZIF) de Aboim, que reuniu, para além dos responsáveis da associação dezenas de proprietários para além dos 40 aderentes. A ZIF de Aboim tem uma área total de 3.212 hectares, representando os actuais aderentes e uma área de 1.042 hectares.

No seu discurso na cerimónia de abertura da sessão, Marília Guedes, presidente da AFEDT, salientou a importância do empenho de todos na defesa e protecção da floresta, de forma a dar continuidade ao património natural **“que foi ontem dos nossos pais e avós e que, amanhã, será dos nossos filhos e netos”**. A presidente ressaltou os benefícios do associativismo e felicitou os proprietários aderentes, pela sua coragem e determinação em aderir a este novo projecto. **“Acho que nós, os que estamos aqui e agora, optamos pela vida, somos positivos e inteligentes e queremos resolver bem os problemas difíceis que nos perturbam. Um dos maiores é sermos donos de terras que queremos ver plantadas e bem cuidadas e não o conseguimos fazer sozinhos”**, acrescentou.

Na ocasião Marília Guedes também destacou o trabalho desenvolvido pela associação e por todos quantos nela trabalham, sublinhando que esta é composta por “pessoas idóneas, equilibradas nas contas, persistentes no trabalho, aptas e com a melhor boa vontade para ajudar a todos aqueles que querem ser ajudados”. Segundo a presidente da AFEDT, só através do associativismo é possível ganhar mais força para resolver com maior facilidade os problemas que hoje em dia se colocam aos proprietários.

Aflopinhã - Associação Florestal do Pinhal

Certificação florestal PEFC na Serra da Lousã

A Associação Florestal do Pinhal (Aflopinhã) e a DGRF estão a lançar uma iniciativa de certificação florestal na Lousã, numa área equivalente a cerca de 2.187 hectares. O projecto resulta da conjugação de preocupações e objectivos de várias organizações do sector, incluindo um conjunto de indústrias (Celtejo, Indústria de Fibras de Madeira, Luso Finsa, Portucel Viana e Sonae Indústria), a DGRF, a Aflopinhã e a Autarquia da Lousã.

A localização desta iniciativa na Lousã prende-se com o facto de o pinhal ter no concelho uma expressão territorial e económica expressiva e de se terem identificado parceiros locais com motivação e capacidade para a expansão futura da área certificada.

O conjunto de empresas industriais consumidoras de pinho, preocupadas com a sustentabilidade dos seus negócios, sentindo as pressões do mercado para que empreguem madeira proveniente de florestas certificadas e perante a constatação da falta de iniciativas por parte dos proprietários/produtores e suas organizações, acordaram em dinamizar uma parceria no sentido de criar uma iniciativa de certificação com carácter demonstrativo, que viesse posteriormente a ser replicada.

Sendo o Estado, através da DGRF, gestor de áreas contíguas consideráveis de pinho, foi identificado como parceiro estratégico para dinamizar esta iniciativa piloto de certificação florestal. Trata-se de uma oportunidade única, na qualidade de um dos maiores gestores de áreas florestais nacionais, para não só assumir o compromisso perante a sociedade de garantir a gestão sustentável dos recursos florestais, como também de o demonstrar através de uma entidade independente.

Assim, este conjunto de entidades pretendem concertar esforços na Implementação de um Sistema de Gestão Florestal Sustentável (SGFS) na Serra da Lousã com vista à certificação florestal. Esta iniciativa é considerada uma oportunidade única para mobilizar o Sector Florestal Português para esta realidade face às exigências do mercado cada vez mais global, tomando como bom exemplo as áreas sob gestão estatal e de produtores privados.

Os objectivos deste SGFS são os seguintes: potenciar a produção florestal de forma sustentada e transformá-la num investimento atraente, capaz de gerar produtos de grande qualidade para os proprietários, permitindo rendimentos económicos interessantes e protegendo o equilíbrio dos recursos naturais. O incremento da qualidade de vida das populações locais, criando emprego, directo e indirecto, contrariando assim a desertificação e descaracterização deste espaço de clara vocação florestal, é outro importante objectivo desta iniciativa.

Associação Florestal do Vale do Douro Norte (AFLODOUNORTE)

AFLODOUNORTE combate crise no sector resineiro



A Associação Florestal do Vale do Douro Norte (AFLODOUNORTE) está em fase final de execução do Projecto AGRO, Medida 8.1, designado por “Valorização da Resina nos Pinhais de Trás-os-Montes e Beira Litoral”. Integram este projecto, como parceiros, a Direcção Geral dos Recursos Florestais, a Estação Florestal Nacional e o Instituto Superior de Agronomia.

Com este projecto, tem-se procurado encontrar resposta para a grave crise que o sector resineiro atravessa. Urge que se encontrem saídas inovadoras que permitam viabilizar a exploração deste recurso, tendo em vista critérios que ultrapassem a mera análise de custos benefícios directos, mas que incorporem igualmente as vertentes sociais e de protecção do ambiente que a correcta exploração da resina em si contém.

Aumentar a produtividade, diminuindo os custos unitários de produção da resina é também um dos objectivos da presente proposta. A mecanização da exploração é apontada como sendo uma das formas de atingir este objectivo. O desenvolvimento, demonstração da aplicação e condições de utilização de uma máquina desenhada para efectuar de forma mecanizada as incisões no tronco, substituindo o processo tradicional de

resinagem, constituirão por isso uma componente fundamental da proposta a implementar.

A superior qualidade da resina nacional e seus derivados, quando comparada com a dos produtos importados, bem como as funcionalidades asseguradas directa e indirectamente na mata pela sua exploração sustentável, nomeadamente a manutenção de acessos florestais, a redução dos níveis de combustibilidade do sobcoberto e a vigilância exercida pelos trabalhadores resineiros durante a época de mais elevado risco de incêndio, são também recursos que a presente proposta pretende valorizar.

Pretende-se ainda promover a formação profissional de resineiros, privilegiando a formação em técnicas de resinagem não lesivas do património lenhoso e a formação sobre riscos para o ambiente – fogos e pragas, valorizando a profissão de resineiro e tornando-a atractiva para os jovens, ao contrário do que actualmente sucede.

ARBOREA – Associação Florestal da Terra Fria Transmontana

ARBOREA debate futuro da castanha nas V Jornadas do Castanheiro

A ARBOREA – Associação Florestal da Terra Fria Transmontana, organizou em Novembro as suas “V Jornadas do Castanheiro”, com o tema ‘Perspectivas Futuras da Castanha’. Um dos destaques vai para José Gomes Laranjo, professor e investigador da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), que, com a sua comunicação, evidenciou que através da organização da fileira da castanha, podia trazer-se “um rendimento de €830,00 por hectare” para a população rural desta região, se surdissem “projectos de transformação da castanha”, em vez de apenas exportar-se “a castanha em bruto para o estrangeiro, para ser lá transformada”.

Um outro factor que poderá trazer benefícios para a população de Trás-os-Montes, é transformar a castanha na imagem de marca desta região para o turismo. Projecto este apresentado pelo professor Jorge Ferreira Cardoso da UTAD e por António Mota da Região de Turismo do Alto Tâmega e Barroso. Segundo a estratégia nacional para as florestas é necessário plantar sessenta mil hectares de castanheiro até 2030, para tal é necessário que apareçam grandes projectos de plantação, um bom exemplo

Forestis debate formação profissional

A ARBOREA – Associação Florestal da Terra Fria Transmontana comemorou os seus 10 anos de existência, assinalando a data com a organização de um colóquio onde debateu o tema “Novos Desafios para o Desenvolvimento Rural”. Na ocasião, o presidente da Arbórea, Eduardo Roxo, destacou o caminho percorrido pela ARBOREA até à data, prossequindo a sua missão na busca das respostas que o mundo rural necessita, através do sector florestal.

O trabalho prestado pela ARBOREA nos vários municípios foi destacado pelos presidentes das câmaras municipais de Vinhais e Vimioso, presentes na iniciativa, que fizeram votos para que as parcerias estabelecidas se incrementem e desenvolvam. Nos projectos e objectivos para o futuro da ARBOREA, salientam-se a constituição das ZIF.



é o “Projecto Europeu Castaña - Valorización del territorio en base a los recursos endógenos”.

A cultura do castanheiro para fruto, é sem dúvida uma fonte de rendimento para muitos agricultores, mas para que este fruto seja valorizado, é necessário que seja certificado. Isto só poderá acontecer se o modo de produção biológico e a produção integrada estiver certificada. Estas certificações foram apresentadas por António Mantas da SATIVA, empresa portuguesa especializada na certificação de produtos e sistemas.

A castanha tem várias pragas associadas (gorgulho e bichado) que podem influenciar negativamente o seu valor comercial. Com este conhecimento poderão ser delineadas estratégias de combate a estas pragas, de uma forma biológica e sem o recurso a químicos, ideias partilhadas pelo professor Albino Bento da Escola Superior Agrária de Bragança e Ignacio Armendáriz González da Subdirección de Investigación y Tecnología, através da apresentação do Projecto INTERREG IIIA Moabepe. Também esteve presente Miguel Ginestal, presidente da Comissão Parlamentar de Agricultura, que defendeu que a castanha é sem dúvida uma das fileiras estratégicas para este Governo, devendo ser valorizada tanto na sua comercialização como na transformação, apostando num produto de qualidade por excelência.

O encerramento esteve a cargo do Director Regional Agricultura e Pescas do Norte, Carlos Guerra, que através de um discurso aberto, falou sobre o Novo Quadro Referencial Estratégico Nacional – QREN-N.

Gestão do souto para produtores e proprietários

A Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte realizou, com a parceria da ARBOREA e da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, uma “Acção de Divulgação sobre Gestão do Souto”. Esta acção teve lugar no Auditório da Câmara Municipal de Vinhais, tendo contado com 60 participantes. As conclusões foram as seguintes:

- A preparação de terreno é essencial para o sucesso das plantações;
- Após a plantação, não se devem mobilizar as terras;
- Soutos não intervencionados são os que apresentam maior humidade nos meses de Verão;
- Em solos pouco profundos não se deve plantar castanheiros e em solos profundos mas pouco férteis devem ser adubados;
- As podas devem ser progressivas e, caso as árvores tenham “cancro do castanheiro”, devem ser feitas no Inverno, se são saudáveis fazem-se no início da Primavera;
- Os cortes e as ferramentas devem ser sempre desinfectados para evitar o alastramento do “cancro do castanheiro”;
- Os cortes devem ser feitos rentes à zona do “calo” e do “colo” do ramo, para melhor cicatrização;
- A “doença da tinta” aparece sobretudo em solos pouco arejados. Em caso de existir “doença da tinta”, aconselha-se a utilização de híbridos mais resistentes aos ataques;
- O “cancro do castanheiro” deve ser tratado com pastas feitas com cobre, pois é um fungicida. Todos os proprietários devem realizar tratamentos, para não porem em risco outras propriedades, visto a doença se transmitir, também, através do vento;

Relativamente às pragas, foi referido que o gorgulho é a maior praga conhecida da castanha. O sintoma desta praga é o chamado bichado da castanha e ataca, sobretudo, as variedades que florescem mais cedo. Aconselha-se os produtores a realizarem uma gestão biológica, de forma a promover o desenvolvimento de predadores naturais.



O eucalipto na floresta portuguesa

O eucalipto ocupa actualmente cerca de 21% de toda a área florestal em Portugal, tendo-se tornado, nas últimas décadas, na terceira espécie florestal dominante — logo a seguir ao sobreiro e ao pinheiro bravo. O reconhecimento de que se trata de uma espécie florestal de extrema importância motivou a realização do seminário “O Eucalipto na Floresta Portuguesa”, organizado pela Associação Florestal do Baixo Vouga e Forestis.

Integrado no AGROVOUGA07 o seminário pretendeu demonstrar a importância crescente das florestas plantadas para a satisfação da procura de produtos florestais, a demonstração das condições únicas que o nosso país possui para a exploração desta espécie e, por último, os desafios que são impostos aos diferentes agentes da fileira de forma a

tornar o sector mais competitivo no panorama global.

Os intervenientes — entre os quais se incluíam a DGRF, a Portucel/Soporcel, a ALTRI, a AFBV e a ANEFA — concluíram que a prioridade da Política Florestal deve ser a gestão florestal, onde se inclui a Prevenção de Riscos, em detrimento do simples reforço da política de combate aos fogos florestais.

Por outro lado, o Associativismo Florestal (onde se incluem as Zonas de Intervenção Florestal) é considerado, por todos os agentes da fileira, uma via que deve ser privilegiada para a organização da produção. Também se destacou a importância do efectivo apoio político da Tutela para a consolidação dos processos em curso.

Durante o encontro ficou claro que é importante que a produção florestal esteja em consonância com as necessidades industriais, de forma a garantir a sustentabilidade

organizações e território



da fileira, e que a Indústria pratique uma política de preços competitivos com a exportação e com sentido para o futuro saudável da fileira. É necessário apoiar todos os agentes das fileiras florestais pois contribuem de forma expressiva para o desenvolvimento económico e social do País.

Em resumo, todos os agentes da fileira florestal do eucalipto demonstraram o acordo relativamente aos

grandes desafios do sector, que passam pela melhoria da gestão, certificação florestal, transparência nos processos de comercialização, adequação da fiscalidade e aumento da rentabilidade reflectindo-se em todos os agentes da cadeia de valor. Neste sentido, todos demonstram disponibilidade para, juntamente com o Governo, encontrarem as melhores soluções que garantam o crescimento e desenvolvimento sustentável do sector.

URZE - Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela

Cogumelos podem gerar rendimento florestal

O I Encontro Micológico organizado em Outubro passado pela URZE - Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela, reuniu, em Gouveia, 120 pessoas de todo o país interessadas no tema.

A micologia tem suscitado um interesse crescente por parte dos profissionais ligados à floresta. José Mota, presidente da URZE, defendeu, na ocasião, que “a aposta na micologia pode revelar-se duplamente acertada, já que é possível aumentar o rendimento florestal e obter ganhos com a produção de cogumelos”. A terminar, o presidente da URZE disse estarmos “perante um recurso natural capaz de gerar mais-valias, dinamizar as economias locais, criar empresas micológicas e postos de trabalho” e acrescentou, em jeito de desafio: “está nas nossas mãos sabê-lo aproveitar”.

No encerramento dos trabalhos foi apresentado um balanço extremamente positivo da forma como decorreu este I Encontro Micológico. Entre as principais conclusões saídas do evento, destaque para a urgência na definição de uma Estratégia Nacional para a Micologia. Também a formação profissional deve ser uma aposta clara das Associações Florestais e Associações Micológicas.

Os cogumelos são um recurso natural e inesgotável, desde que gerido sustentavelmente, nas áreas de crescente florestação da Serra, capazes de gerar



rendimentos e poderem contribuir para minimizar os custos com a gestão florestal. Os planos de gestão florestal devem prever a possível produção micológica, que permita ao proprietário algum rendimento na sua exploração. Deve ser salvaguardado o direito dos proprietários relativamente à gestão e exploração dos recursos micológicos privados. Em jeito de conclusão, o presidente da URZE afirmou também que “é necessário encontrar formas de promoção e de criação de mercados para este produto de alto valor alimentar e de tão baixo consumo entre os portugueses” e prometeu novas iniciativas no âmbito da micologia para os próximos dois anos.

7 Passos para a constituição de uma ZIF

As Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) são áreas territoriais contínuas e delimitadas constituídas maioritariamente por espaços florestais, submetidas a um plano de gestão florestal e a um plano de defesa da floresta e geridas por uma única entidade. Este sistema, permite aos proprietários e produtores florestais, gerir activamente o seu património individual com base numa visão colectiva da mancha.

7 Passos para a constituição de ZIF

1. Iniciativa do Processo

O início do processo, de constituição de ZIF, começa com a delimitação da área ZIF, que deve abranger uma mancha, ocupada maioritariamente por espaços florestais, com uma área mínima de 1000 hectares, composta por mais de 100 prédios rústicos, que sejam detidos por mais 50 proprietários. Esta fase do processo deverá partir da iniciativa dos proprietários/produtores florestais, e deve ser apoiada por entidades com responsabilidade no apoio à gestão do território.

Após a delimitação constitui-se o Núcleo Fundador, a quem compete dinamizar e dar seguimento a todo o processo de constituição das ZIF. Este é composto pelos proprietários ou produtores florestais detentores de um conjunto de prédios rústicos com uma área territorial, contínua ou contígua, de pelo menos 10% da área proposta para a ZIF, que manifestem a intenção de se tornarem aderentes

Após a reunião de constituição do Núcleo Fundador, são enviados à Direcção Geral dos Recursos Florestais, DGRF, os elementos necessários à formalização do processo e é agendada a reunião de Consulta Prévia da ZIF.

2. Consulta Prévia

A Consulta Prévia corresponde à fase em que têm lugar uma ou mais reuniões promovidas pelo Núcleo Fundador, para divulgação da intenção de constituição da ZIF e da sua delimitação, para captação de novos aderentes e para se auscultar as expectativas, duvidas e sugestões das partes interessadas. Nesta fase, que termina passados 45 dias após a última reunião de Consulta Prévia, é necessário ter em consideração o cumprimento de alguns requisitos no que se refere à publicitação e validação da acta da reunião por um representante da DGRF.

3. Consulta Pública

A Consulta Pública traduz-se na disponibilização a todos os interessados, durante 30 dias, os seguintes elementos: lista de aderentes à ZIF, indicação da entidade gestora, cartografia com delimitação da área ZIF, cadastro predial ou autorização para apresentação posterior, proposta de regulamento interno, acta da reunião de Consulta Prévia validada pela DGRF.

4. Audiência Final

A Audiência Final realiza-se findo o período de Consulta Pública e é a última reunião para apreciação do processo de constituição de uma ZIF. Nesta audiência são analisados e respondidos todos os pedidos de esclarecimento e sugestões recebidos, durante o processo de consulta pública, ficando registados em acta. Tal como a anterior, também a Acta desta reunião deve ser validada por um representante da DGRF presente.

5. Requerimento

Nesta etapa apresenta-se junto da DGRF o Requerimento para a criação da ZIF. O Requerimento, subscrito por todos os aderentes, num mínimo de 30, que sejam detentores de pelo menos 50% da área proposta de ZIF, deve ser acompanhado pelos elementos obrigatórios e corrigidos apresentados durante o processo de consulta pública e pela acta da reunião de audiência final validada pela DGRF.

A DGRF num prazo de 30 dias, comunica o parecer final do requerimento.

6. Criação da ZIF

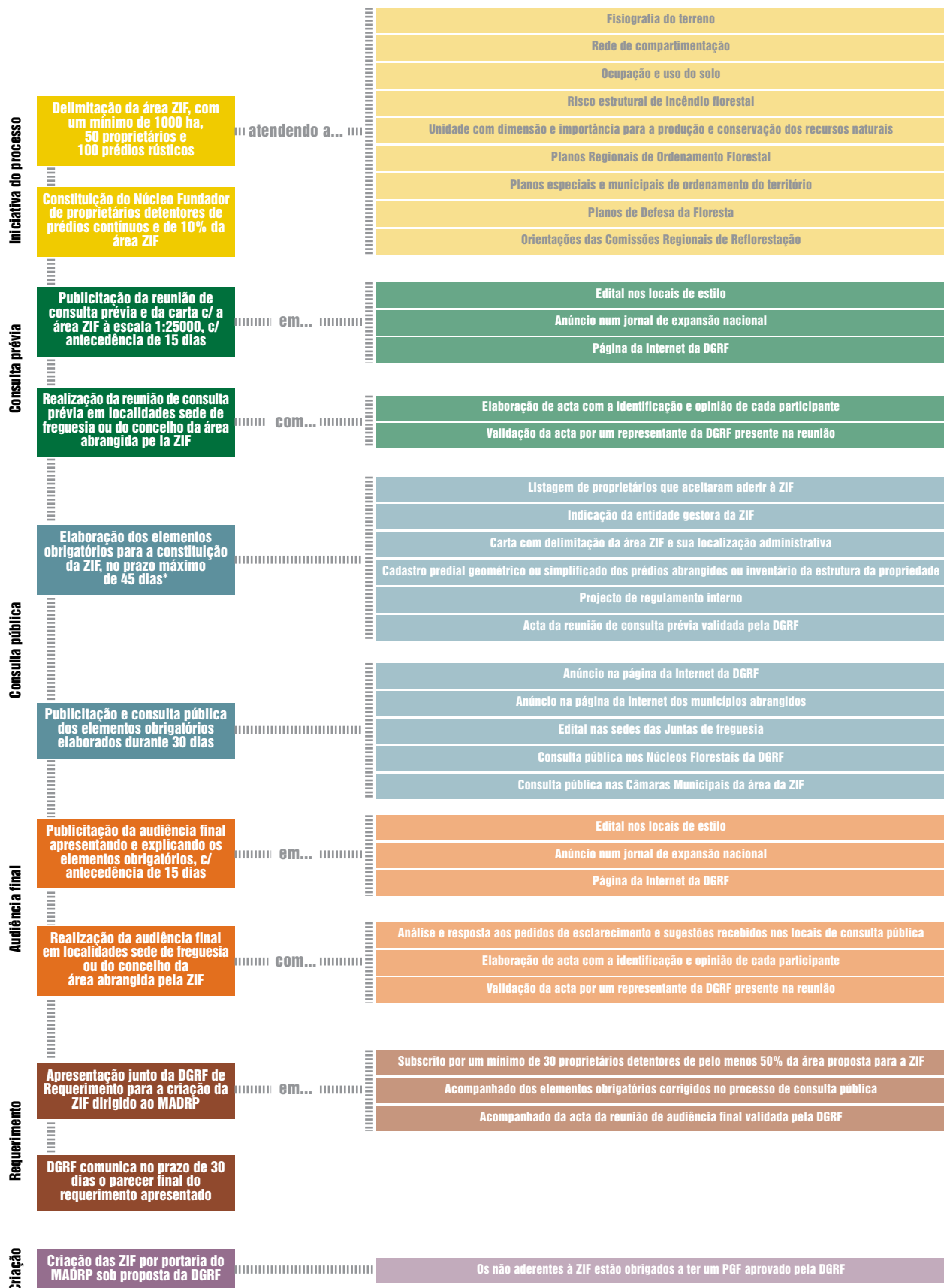
O pedido de criação da ZIF é concretizado através da saída de portaria do Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP) sob proposta da DGRF.

7. Assembleia Geral Constituinte

Consiste na realização da primeira Assembleia Geral de Aderentes, onde são eleitos os corpos sociais, são analisados e aprovados os documentos construídos ao longo do processo, ratificando assim as decisões tomadas pelo NF, nomeadamente as que se prendem com a Entidade Gestora e o regulamento Interno da ZIF.



Constituição da ZIF



* o prazo pode ser prorrogado pela DGRF pelo prazo máximo de um ano, caso não exista cadastro predial geométrico

Nome	Morada	Telefone
Afacc - Assoc. Fl. e Amb. do Concelho de Chaves	Rua Alferes João Baptista, Ed. Nova Era - Bl. 5 - Loja 6 5400 - 317 Chaves	276 326 702
Aflopinal - Assoc. Fl. Pinal	Rua João Cunha Marques, n.º14 - Lj D Apt. 74 3200-151 Lousã	239 991 563
AFRP - Assoc. Fl. de Ribeira de Pena	Casa da Torre - Cerva 4870 - 042 Ribeira de Pena	259 470 855
Agriarbol - Assoc. Agro Fl. T. Q. Transmontana	Av. Infante D. Henrique, Ed. Translande, 2.º s/12 - Apt 165 5340 - 204 Macedo de Cavaleiros	278 421 698
Aguiarfloresta - Assoc. Fl. e Amb. de Vila Pouca de Aguiar	Central de Camionagem, loja 4 5450 - 056 Vila Pouca de Aguiar	259 417 634
Apfam - Assoc. Prod. Fl. de Alvóelos e Muradal	Rua Campo de Futebol - Apt. 9 6160 - 300 Oleiros	272 682 380
Apfcán - Assoc. Prod. Fl. do Concelho de Alcobaca e Nazaré	Complexo de Serviços Públicos, Largo do Cruzeiro 2445 - 261 Pataias	244 580 961
Apflor - Assoc. Prod. e Prop. Fl. C. Pedrogão Gr.	Largo da Devesa 3270 - 101 Pedrogão Grande	236 488 837
Arborea - Assoc. Terra Fria Transmontana	Ed. da Casa do Povo, Largo do Toural 5320 - 311 Vinhais	273 770 070
Asflobar - Assoc. Prod. Fl. do Barroso	Rua General Humberto Delgado 5470 Montalegre	276 511 501
Assoc. Fl. de Entre Douro e Vouga	Av. das Escolas, n.º 1 - 1.º Dt. - Apt. 148 4544-909 Arouca	256 949 041
Assoc. Fl. do Baixo Vouga	Centro Coordenador de Transportes, Loja 7 3850 - 022 Albergaria-a-Velha	234 524 056
Assoc. Fl. do Cávado	Campo das Carvalheiras, 1 4700 - 419 Braga	253 218 713
Assoc. Fl. do Lima	Lugar do Poço de Cabaços, Lt.1 - R/c - Feitosa 4990 - 344 Ponte de Lima	258 944 103
Assoc. Fl. do Vale do Douro Norte	Casa Florestal de Mascanho - Carvas 5090-077 Murça	259 518 430
Assoc. Fl. do Vale do Sousa	Rua do Paço, 41, (Casa do Povo) 4560 - 485 Penafiel	255 213 420
Assoc. Fl. Entre Douro e Tâmega	Rua António Araújo Valente, n.º 75 R/c - Tuías 4630 236 Marco de Canavezes	255 523 556
Assoc. Fl.e Concelho de Góis	Rua Comandante Bebiano Baeta Neves, Edifício BNU - 2.º Dt. 3330 - 316 Góis	235 778 828
Assoc. Prod. Fl. do Vale do Minho	Av. da Estação - Ed. Chave d'Ouro - 2.º Dt. Tras 4950 - 456 Monção	251 654 096
Assoc. Silv. Vale do Ave	FIJE - R. do Infante, 307, Ed. Terraços do Infante, Bl. E 4785 - 185 Trofa	252 400 996
Capolib - Coop. Agric. de Boticas	Avenida do Eiró 5460 Boticas	276 418 170
Cedrus - Assoc. Prod. Fl. de Viseu	Rua do Arrabalde, Lt. 1, Lj. B 3500 - 084 Viseu	232 432 559
Celflor - Assoc. Produtores Florestais	Av. Bombeiros Voluntários, n.º 20 6360 - 344 Celorico da Beira	271 747 450
Coop. Silvo-Agro-Pec. Vila Nova do Ceira	Largo da Igreja 3330 Vila Nova do Ceira	235 770 170
Portucalea - Assoc. Fl. do Grande Porto	Rua 5 de Outubro, n.º 134 - 1.º Esq. Tras 4420 - 086 Gondomar	224 631 866
Ribaflor - Assoc. Fl. Terras Ribadouro	Rua Macário de Castro, 40 - 1.º 5100 Lamego	254 619 440
Urze - Assoc. Fl. Encosta da Serra da Estrela	Rua Cidade da Guarda, Ed. Estação de Camionagem, R/c 6290 - 511 Gouveia	238 498 160
VerdeLafões - Assoc. Prod. Florestais	Centro Coordenador de Transportes 3670 - 000 Vouzela	232 772 018
Assoc. Prod. Fl. Concelho de Arganil	Av.ª José Augusto de Carvalho 3300 - 014 Arganil	235 208 257
Assoc.Cons.Dir.Baldios de Mondim de Basto	Vilar de Viando 4880- 212 Mondim de Basto	

AME O VERDE, AME A VIDA.

Proteja a floresta.